

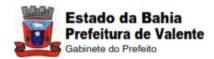
Terça-feira – 12 de Junho de 2018 – Ano II – Edição nº 87

Esta edição encontra-se disponível no site www.diariooficialba.com.br e garantido sua autenticidade por certificado digital ICP-BRASIL

Prefeitura Municipal de Valente publica:

DECRETO № 332/2018





DECRETO N.º 332,

DE 07 DE JUNHO DE 2018.

Regulamenta o Artigo 37 da Lei Complementar nº 022/2011 e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE VALENTE, Estado da Bahia, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 7°, XVII, XXXV, § 2°; Artigo 91, XXI da Lei Orgânica Municipal, Artigo 2°, II f) e Artigo 68 da Lei Complementar 10 de 30 de dezembro de 2008; Artigo 37 da Lei Complementar 022/2011 de 30 de agosto de 2008 e em conformidade com o disposto na Lei 6.766, de 19 de dezembro de 1979 e demais disposições legais, e

CONSIDERANDO que a Legislação Municipal – Lei Complementar n.º 022/2011 em seu Artigo 37, que trata do Parcelamento de Solo Urbano na modalidade Loteamento é norma de eficácia limitada de princípio institutivo, carecendo de regras que possibilitem a sua aplicabilidade, evitando assim o conflito de interesses;

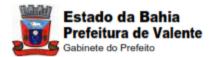
CONSIDERANDO que a aprovação do loteamento não desonera o loteador do cumprimento das suas obrigações legais, nem do preenchimento dos requisitos legalmente estatuídos para a regularidade do loteamento;

CONSIDERANDO ainda que, mesmo posteriormente à aprovação e registro do loteamento, as eventuais omissões ou irregularidades do loteamento são passíveis de notificação para a devida regularização, a qual se não executada ensejará a Administração Pública efetuar as obras necessárias e exigir o respectivo pagamento do responsável;

DECRETA

- Art. 1º. Para fins de aprovação de Loteamento Urbano localizado na Sede do Município, para posterior envio ao Cartório de Registro de Imóveis, o proprietário deverá atender as seguintes exigências:
- § 1º. Requerimento do loteador, com firma reconhecida, solicitando o registro do loteamento.
- a) se o loteador for pessoa física, incluir a qualificação e anuência do cônjuge, se casado;

Praça Getúlio Vargas, 001 – Bairro Centro – Valente – Bahia - CEP – 48.890-000 Tel.: (75) 3263-2222/2562/2221 - CNPJ nº 13.845.896/0001-51



- b) se for pessoa jurídica, apresentar cópias autenticadas do contrato social e das alterações, acompanhada de Certidão Simplificada expedida pela Junta Comercial.
- § 2º. Memorial Descritivo firmado pelo loteador e pelo responsável técnico (com firmas reconhecidas), contendo a descrição completa da área loteada e sua origem, a descrição dos lotes, e mais os requisitos exigidos pelo artigo 9º, §2º, da Lei 6.766/79, reproduzido abaixo.
 - a) O memorial descritivo deverá conter, obrigatoriamente, pelo menos:
- I a descrição sucinta do loteamento, com as suas características e a fixação da zona ou zonas de uso predominante;
- II as condições urbanísticas do loteamento e as limitações que incidem sobre os lotes e suas construções, além daquelas constantes das diretrizes fixadas;
- III a indicação das áreas públicas que passarão ao domínio do Município no ato de registro do loteamento;
- IV a enumeração dos equipamentos urbanos, comunitários e dos serviços públicos ou de utilidade pública, já existentes no loteamento e adjacências.
- § 3º. Plantas do projeto com indicação de curvas de nível aprovadas pela Prefeitura Municipal, contendo carimbo de aprovação do Setor de Engenharia do Município, contendo identificação do Cargo e Registro do Engenheiro Fiscal, assinatura e carimbo do responsável técnico.
 - § 4º. ART do CREA quitada, referente aos serviços profissionais executados.
- § 5º. Ato de aprovação do loteamento pela Prefeitura Municipal (original ou cópia autenticada), cuja validade, para fins de registro, é de 180 dias.
- § 6º. Licença Ambiental emitida pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Agricultura e meio Ambiente, em nome do loteador e do empreendimento.

Praça Getúlio Vargas, 001 – Bairro Centro – Valente – Bahia - CEP – 48.890-000 Tel.: (75) 3263-2222/2562/2221 - CNPJ nº 13.845.896/0001-51



- § 7º. Comprovante de Verificação, pela Prefeitura Municipal, de que foram efetuadas todas as obras de infraestrutura exigidas pela legislação municipal, OU, caso ainda não executadas, deverá ser apresentado um CRONOGRAMA assinado pelo loteador e pelo representante do município, no qual conste o PRAZO DE EXECUÇÃO das obras, não superior a 02 anos, acompanhado do respectivo instrumento de garantia.
 - § 8º. Título de propriedade do imóvel ou certidão atualizada da matrícula.
- § 9º. Exemplar do contrato-padrão de promessa de compra e venda, do qual constarão, obrigatoriamente, os requisitos do artigo 26 da Lei nº 6.766/79 e as restrições urbanísticas.
- Art. 2º. O loteador deverá carrear aos autos do pedido as devidas certidões negativas a seguir:
 - I Para o loteador:
- a) Certidão Negativa Conjunta (ou positiva com efeitos de negativa) da Receita Federal/Procuradoria da Fazenda Nacional;
- b) Certidão Negativa de Débitos Previdenciários, expedida pela Receita Federal do Brasil, OU, se for o caso, Declaração com firma reconhecida do loteador pessoa física de que não está enquadrado como contribuinte junto ao INSS;
- c) Certidão Negativa da Justiça Federal, cível e criminal (se loteador pessoa jurídica, somente a cível):
- d) Certidão Negativa da Justiça Estadual (Cartório Distribuidor do Foro), cível e criminal (se loteador pessoa jurídica, somente a cível);
 - e) Certidão Negativa da Justiça do Trabalho;
 - f) Certidão Negativa do Tabelionato de Protestos;

Praça Getúlio Vargas, 001 – Bairro Centro – Valente – Bahia - CEP – 48.890-000 Tel.: (75) 3263-2222/2562/2221 - CNPJ nº 13.845.896/0001-51



- g) Certidão Negativa de Tributos Municipais Diversos.
- II Para o imóvel:
- a) Certidão Negativa de Impostos Municipais;
- b) Certidão atualizada da matrícula, acompanhada das certidões negativas de ônus reais e de ações reais e pessoais reipersecutórias (válida por 30 dias);
- b.1) Caso a área loteada tenha sido transformada de rural para urbana em prazo igual ou inferior a 05 anos da data de apresentação para registro do loteamento, deverá ser apresentada Certidão Negativa de Débitos do ITR referente a esse imóvel.
- Art. 3º. No saneamento do Processo de Loteamento, deverá o proprietário firmar compromisso de transferência de titularidade das áreas institucionais a serem lavradas em Cartório de Registro de Imóveis.
- Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 07 de junho de 2018.

Marcos Adriano de Oliveira Araújo Prefeito

Publique-se, Registre-se, Cumpra-se

Certifico para os devidos fins, que o presente Decreto foi publicado no mural do átrio da Prefeitura, nesta data.

no mural do átrio da Prefeitura, nesta data Valente-Bahia, 07 de junho de 2018.

Gabriel Oliveira Mota

Praça Getúlio Vargas, 001 - Bairro Centro - Valente - Bahia - CEP - 48.890-000 Tel.: (75) 3263-2222/2562/2221 - CNPJ nº 13.845.896/0001-51